

-----**ACTA N.º 20/2010**-----

-----Aos 22 dias do mês de Setembro de 2010, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores:---

-----Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa;-----

-----António Graça Silva.-----

-----Faltaram a esta reunião o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro e o Senhor Vereador Júlio Manuel dos Santos. -

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior, coadjuvada pela Assistente Técnica, Dina Maria da Silva.

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----Pelo Senhor Vice-Presidente foi dado conhecimento que o Senhor Presidente se encontra de atestado médico, não podendo comparecer à presente reunião. -----

-----Foi ainda recepcionado nesta autarquia um fax, datado de 22/09/2010 do Senhor Vereador Júlio Santos a solicitar a justificação da falta dada à presente reunião, alegando que, por motivos profissionais terá que intervir em duas audiências de julgamento, na qualidade de advogado. -----

-----**A Câmara deliberou justificar a referida falta.**-----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZ**-----

-----O Senhor **Vice-Presidente** deu conhecimento de um fax do Senhor Vereador Júlio Santos datado de 20/09/2010, solicitando as seguintes rectificações à acta n.º 19 de 08/09/2010:-----

-----1 – Pág.7, deve acrescentar-se, no antepenúltimo parágrafo: “*Seguidamente retirou-se da sala, a fim de não intervir na votação sobre o seu pedido de justificação de falta*”.-----

-----2 – Pág.7, penúltimo parágrafo: Alterar “A Câmara deliberou por maioria com uma abstenção do Sr. Vereador Júlio Santos...”, para “A Câmara deliberou por unanimidade justificar a falta “...-----

-----3 – Pag.7, último parágrafo: Deve acrescentar-se: “*por ter sido chamado de urgência pelos serviços do Tribunal de Celorico da Beira onde se encontrava de Escala*”.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar as rectificações apresentadas.**-----

-----De seguida foi colocada à aprovação a acta número dezanove, da reunião ordinária do Executivo de oito, de Setembro, de dois mil e dez, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros.-----

-----**Dispensada a sua leitura, e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada por unanimidade.**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----A Senhora **Vereadora Isabel Flor de Sousa** disse que tinha recebido um e-mail do Senhor Presidente do Inatel, dirigido ao Senhor

Presidente da Câmara, com conhecimento ao Senhor Vereador António Silva, Senhor Vereador José Luís Cabral e à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, sobre os problemas que existem na Pousada de Linhares da Beira, bem como, o seu eventual encerramento. Enunciou algumas das intervenções necessárias, constantes do e-mail, desde a caixilharia que não veda a entrada da água, ao ar condicionado que não funciona, bem como os problemas de infiltração nas piscinas. -----

-----Perante isto, a Senhora Vereadora pretendeu saber o que se está a passar, o porquê de não responderem e se estão a pensar fazer ou não as intervenções. Disse que, segundo o Presidente do Inatel por diversas vezes solicitaram a intervenção da autarquia, de forma a solucionarem estes problemas, bem como, reuniões com o Executivo, ao qual nunca tiveram resposta, sendo obrigados a encerrar a Pousada. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que, este problema já se arrasta desde 2003, ano em que foi feita a recepção da obra pelo executivo de então. Ao recepcionarem a obra, libertaram o construtor de todas e quaisquer responsabilidades, passando estas a recair para o dono da obra. Quando este Executivo tomou posse, deparou-se com um edifício fechado há alguns anos e consequentemente com muitos problemas para serem solucionados, entre eles, os tectos, os elevadores, os equipamentos eléctricos, o ar condicionado, a piscina e as caixilharias que se encontravam num estado deplorável, que deixavam entrar água para o interior das instalações. Inicialmente contactaram o empreiteiro, Manuel Rodrigues Gouveia para o responsabilizarem, mas os prazos já tinham prescrito. O Senhor Vice-Presidente referiu que aquando da realização do Festival do Parapente, este executivo intervencionou o ar condicionado e a piscina. O grande problema incide prioritariamente nas caixilharias, pois estão deterioradas e em dias de chuva deixam passar a água. O Executivo compreende as razões do Senhor Engenheiro Victor Ramalho e já respondeu reiterando que continuam interessados na parceria com o Inatel.

-----Frisou que esta infra-estrutura é muito importante para o desenvolvimento do concelho em geral e, em particular para a aldeia histórica de Linhares da Beira. Disse que já foram enviados, ao Senhor Presidente do Inatel três orçamentos relativos à caixilharia, para análise. ----

-----Disse que a autarquia tem dificuldades financeiras e que esta intervenção tem um peso muito significativo, tendo até à presente data assumido cerca de 70 mil € em trabalhos executados na Pousada. Referiu ainda que para procederem à substituição da caixilharia precisam de fazer uma alteração orçamental, uma vez que esta verba não estava acautelada em orçamento.-----

-----O Senhor Vice-Presidente reiterou o interesse da autarquia em resolver o assunto, contudo considera que em 2003 o Executivo nunca deveria ter permitido a recepção desta obra, com problemas desta natureza, que vieram prejudicar o futuro da infra-estrutura.-----

-----A Senhora **Vereadora Isabel Flor de Sousa** referiu que pese embora as dificuldades da autarquia, e a boa vontade em solucionar os problemas, deveriam sempre ouvir as partes, no caso concreto dar uma resposta ao Senhor Presidente do Inatel. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que entende a posição do Inatel. Referiu que a Câmara fez na altura, um grande investimento equipando totalmente a cozinha, mas o Inatel não colocou a cozinha em funcionamento, e os hóspedes que estão na Pousada têm que se deslocar à Pousada de Vila Ruiva para tomarem as suas refeições o que na sua opinião não prestigia em nada a Pousada de Linhares da Beira. Continuou dizendo que quem conhece as duas infra-estruturas facilmente conclui que a Pousada de Linhares é manifestamente melhor que a anterior.-----

-----O Senhor Vereador disse que no executivo do Senhor Eng.º António Caetano as questões da Pousada giravam à volta de um exaustor, talvez para encapuzar todos os outros problemas e as obras que deveriam ter

sido feitas e não foram. Referiu que o património da Pousada passou para a posse do Inatel, segundo consta do protocolo feito entre a Câmara Municipal e o Inatel. Disse que a autarquia não está de braços cruzados e espera que isto não seja um recuo no contrato, pois a parceria existe e irá funcionar.-----

-----A Senhora **Vereadora Isabel Flor de Sousa** disse que é do interesse do concelho e da aldeia histórica de Linhares da Beira que esta infra-estrutura abra e funcione.-----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos:-----

-----**GABINETE JURÍDICO:**-----

-----**ADITAMENTO INFORMAÇÃO ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ENSINO ARTICULADO;**-----

-----**APROVAÇÃO MINUTA EDITAL;**-----

-----**SOLICITAÇÃO DE APOIO – JS CELORICO DA BEIRA;**-----

-----**GABINETE DE OBRAS PARTICULARES:**-----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO;**-----

-----**Requerente: Ilídio Sampaio.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**I - MÁRIO NUNO ALVES DE SOUSA NEVES**-----

-----**ASSUNTO: ENVIO DE CÓPIA DO ARTIGO DE OPINIÃO PUBLICADO NO JN EM 2010.09.02**-----

-----Foi presente um artigo de opinião publicado no jornal acima referenciado, da autoria de Mário Nuno A.S. Neves, intitulado “É tempo dos autarcas dizerem não”, respeitante à crescente degradação das condições

do exercício das funções de autarca e das tremendas dificuldades com que as Câmaras Municipais vão tendo para o cumprimento integral das suas missões. Sendo de opinião que a citada degradação não decorre apenas e somente da crise económica e financeira que assola o país mas também e muito especialmente da forma leviana e irresponsável como o Poder Central (Parlamento e Governo) se relaciona com o Poder Local.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**II - DIVISÃO FINANCEIRA - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: TAXAS DE IMI PARA 2011**-----

-----Foi presente pelo Senhor Vice-Presidente, informação da Secção de Contabilidade e Património que se apensa a esta acta (**anexo I**) a fim se ser dado cumprimento ao estipulado na alínea f), do n.º 2, do art. 53.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Setembro, uma proposta, para a fixação da taxa do IMI, para o ano 2011, com os seguintes quocientes:-----

-----Prédios rústicos: 0,8%; Prédios urbanos: 0,4% a 0,7% e Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,2% a 0,4%.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que estas taxas vigoram desde 2004. A receita proveniente das mesmas não é significativa para a autarquia, mas também não é penalizante para os munícipes, pelo que, propõe a sua manutenção.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 4, do art. 112.º do CIMI, estabelecer uma taxa de 0,8%, para prédios rústicos, de 0,7%, para prédios urbanos e de 0,4%, para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, para o ano de 2011.**-----

-----Foi ainda deliberado submeter à aprovação da Assembleia Municipal, os valores em referência de acordo com o estipulado na alínea f), do n.º 2, do art. 53.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: BENEFÍCIOS RELATIVO À INTERIORIDADE - ISENÇÃO IMT/2011**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património que se anexa a esta acta (**anexo II**), referindo que de acordo com o n.º 3, do artigo 43.º, dos Estatutos dos Benefícios Fiscais ficam isentas de pagamento de IMT as aquisições por jovens com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos de idade, de prédio ou fracção autónoma de prédios urbanos situados nas áreas beneficiárias, destinado exclusivamente à primeira habitação própria, desde que o valor sobre o qual iria incidir o imposto não ultrapasse os valores máximos de habitação a custos controlados acrescidos de 50%, e de prédios ou fracções autónomas de prédios urbanos, desde que situados nas áreas beneficiárias e afectos duradouramente à actividade das empresas. -----

-----Mais informa, que estas isenções ficam dependentes de autorização do órgão deliberativo conforme n.º 5, do artigo 43.º dos EBF.-----

-----Tomando a palavra o Senhor **Vereador António Silva** disse que estes benefícios foram criados há alguns anos e que já contemplaram não só, muitos jovens deste concelho, como também outros que desejem fixar a sua residência neste Município de Celorico da Beira. Ressalvou o facto de que, caso ocorra alguma alteração na aprovação dos limites máximos de dedução no Orçamento de Estado de 2011, esta proposta de aprovação do IMT deve ser alterada pelo máximo de dedução. -----

-----**A Câmara deliberou isentar do imposto municipal sobre as tramitações onerosas de imóveis (IMT) as aquisições constantes do**

n.º 3, do artigo 43º, dos Estatutos dos Benefícios Fiscais, ficando esta deliberação condicionada, às alterações que possam decorrer do Orçamento de Estado de 2011, fixando-se nos limites máximos de dedução.-----

-----Mais foi deliberado submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme o n.º 5, do artigo 43º, dos EBF.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património que se anexa a esta acta (**anexo III**), dando conhecimento que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), surgiu com a Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, tendo sido deliberado a sua implementação no ano de 2007. -----

-----Mais informa que, para que esta taxa seja cobrada no ano 2011, é necessária deliberação da Câmara e Assembleia Municipal até ao fim do mês de Dezembro para fixar o percentual, não podendo ultrapassar os 0,25%. -----

-----Face ao exposto, o Senhor Vice-Presidente propôs que seja implementada a taxa de 0,25%, no Município de Celorico da Beira, para o ano de 2011. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea a), do n.º 6, do art. 64.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para apreciação e aprovação do percentual de 0,25%, relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2011, nos termos do proposto, ao abrigo da alínea e), n.º 2, do art. 53.º, da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que estão receptivos a quaisquer apreciações e contributos, dos Senhores Vereadores, até finais de Outubro para o orçamento de 2011. Disse ainda que irá ser um orçamento muito complexo, uma vez que esta autarquia atravessa um momento muito difícil. Disse que o ano de 2010 foi um ano em que o Executivo travou algum investimento público e as únicas obras que foram feitas, foi através dos recursos próprios da autarquia. Houve um forte investimento na área da educação, que irá ter continuidade no orçamento de 2011. -----

-----**ASSUNTO: APLICAÇÃO DA DERRAMA**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património que se anexa a esta acta (**anexo IV**), referindo que de acordo com o artigo 14.º, da Nova Lei das Finanças Locais, os Municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento sobre o IRC. Também e de acordo com o n.º 4 do mesmo artigo, a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal deliberar lançar taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150 000€.

-----**Nos termos da alínea a), do n.º 6, do art.º 64.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, e para os efeitos previstos na alínea f), do n.º 2, do art.º 53.º, do mesmo diploma, a Câmara deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o lançamento de 0% de derrama, para o ano de 2011.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: EDIFÍCIO ESCOLAR DO ESPINHEIRO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Património, datada de 13 de Setembro do corrente referindo que o edifício escolar do Espinheiro tinha sido alvo de vandalismo conforme foi documentado através de fotografias feitas no local.-----

-----Interveio a Senhora **Vereadora Isabel Flor de Sousa** referindo que perante o que as fotografias retractam, este assunto deveria ser tratado com urgência. Sensibilizou o Executivo para que o processo fosse acelerado e caso a Câmara não tenha nenhum projecto para aquele espaço, seja entregue à Junta de Freguesia de Santa Maria, para que tenha alguma actividade e seja salvaguardado de actos desta natureza. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento**-----

-----**III - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 15 de Setembro de 2010, dando conhecimento que mediante as competências municipais, em matéria de educação, nos termos da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, concretamente nos seus artigos 13.º e 19.º, vem apresentar proposta para o ano lectivo 2010/2011:-----

-----Em função da necessidade da estrita cobertura dos custos dos serviços de apoio à família e no limite do valor da comparticipação familiar máxima, propõem que sejam estabelecidos ajustes nas comparticipações familiares, para que seja assegurada a satisfação das necessidades dos agregados familiares economicamente mais desfavorecidos e aqueles que dispõem de maiores recursos.-----

-----Assim propõem:-----

Escalão de Enquadramento	APOIO DE COMPARTICIPAÇÃO PROPOSTO PRÉ-ESCOLAR	
	Custo de refeição/dia	Prolongamento de horário/mês

1.º	1,25€	20,52€
2.º	1,30€	20,52€
3.º	1,35€	20,52€

-----Os alunos integrados nos escalões, 1.º e 2.º que usufruam de transporte escolar terão a sua comparticipação acrescida de um valor de 5,00€, os alunos com o escalão 3.º que usufruam de transporte escolar terão a sua comparticipação acrescida de um valor de 10,00€.-----

-----Os processos de crianças integradas em valência de creche serão analisados com base no Regulamento da Creche/ATL/Componente de Apoio à Família. De acordo com o referido Regulamento os encargos com a habitação devem ser calculados até ao limite fixado pelo Ministério da Educação para auxílios económicos. Porém, no Despacho 14368-A/2010 o Ministério da Educação não prevê para o ano lectivo 2010/2011 um limite com encargos financeiros de habitação. Sendo que o último limite proposto pelo Ministério foi de 2.200,00€, somos a propor que para o corrente ano lectivo seja tido como limite de cálculo a quantia de 2.500€.-----

-----Mais informam que os processos de crianças que frequentem o 1.º Ciclo e que usufruam apenas do fornecimento de refeições serão analisados de acordo com o Despacho n.º 14368-A/2010 quando os alunos usufruam de ATL, os processos serão analisados com base no Despacho e do Regulamento da Creche/ATL/Componente de Apoio à Família. -----

-----**Face ao exposto na informação técnica a Câmara deliberou, para o ano lectivo de 2010/2011, que:**-----

-----**Para a valência Creche, o limite de cálculo para encargos financeiros seja a quantia de 2.500€;**-----

-----**No Pré-Escolar a análise dos processos seja de acordo com os escalões propostos;**-----

-----**No 1.º Ciclo os processos dos alunos que pretendam apenas usufruir de refeições serão analisados de acordo com o Despacho 14368-A/2010, bem como, que os processos dos alunos que**

frequentam a valência ATL sejam analisados com base no Despacho e do Regulamento da Creche/ATL/Componente de Apoio à Família.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----ASSUNTO: MATERIAL PARA AS EB1 E JARDINS DE CELORICO DA BEIRA -----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 16/09/2010, referindo que no dia 07/09/2010, realizou-se no Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, uma reunião entre os responsáveis pelo 1.º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância do concelho de Celorico da Beira – Prof. Manuel Portugal, Prof. Mário Sucena e Prof.ª Fátima Pina, estando a Autarquia representada pelo Sr. Vice-Presidente Dr. José Luís Saúde Cabral e pela Técnica Superior de Serviço Social, Celita Cardoso. ---

-----Tendo sido solicitado nesta reunião, pelo agrupamento, material de desgaste para os alunos das EB1 e Jardim de Infância, são a propor a atribuição do valor de cinco euros por aluno para aquisição de material no 1.º período lectivo e constante da lista que se anexa (**anexo V**).-----

-----O Senhor **Vice-Presidente** referiu que a educação é uma área prioritária para este Executivo. Pese embora a situação financeira desta edilidade não ser a melhor, este Executivo tem como obrigação apoiar as escolas, alunos e professores, seja em equipamento informático, produtos de limpeza, ou outros. -----

-----Frisou que o primeiro dia de aulas arrancou a 100%, estando a funcionar a parte lectiva, a alimentação, os transportes, as actividades extra-curriculares. Deixou uma palavra de apreço para quem trabalha com ele na educação, como também para o restante executivo, porque no seu entender a educação e as crianças deverão ser sempre uma prioridade.-----

-----A Câmara deliberou aprovar a atribuição de um donativo financeiro, para aquisição de material de desgaste para as EB1 e

Jardins de Infância do Concelho, no montante de 1.415,00€ e 435,00€, respectivamente, de modo a garantir o bom funcionamento das actividades lectivas, conforme lista em anexo à informação técnica. ----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----IV - GABINETE JURÍDICO -----

-----ASSUNTO: CENTRO RECREATIVO DE QUINTÃS DE CIMA E DE BAIXO -----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico datado de 09/09/2010, referindo que foi solicitado pelo Centro Recreativo e Cultural de Quintãs de Cima e de Baixo a cedência da escola primária que se encontra devoluta, para aí instalar o Museu Etnográfico e servir de local a diversos serviços de apoio a idosos.-----

-----Foi também presente minuta de contrato de comodato, que fica apenso a esta acta (**anexo VI**), a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e o Centro Recreativo e Cultural de Quintãs de Cima e de Baixo - Linhares referente à cedência das instalações da Escola Primária de Quintãs de Baixo, freguesia de Linhares da Beira para instalação do Museu Etnográfico e prestar diversos apoios a idosos, por um período de quinze anos, renováveis por iguais períodos de tempo, se não for denunciado por qualquer das partes contratantes. -----

-----A Senhora **Vereadora Isabel Flor de Sousa** referiu que na parte final da cláusula 2.ª a palavra “exija” deve ser alterada porque é demasiado forte, talvez até um pouco exagerada. -----

-----A Câmara deliberou aprovar a minuta de contrato de comodato a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e o Centro Recreativo e Cultural de Quintãs de Cima e de Baixo - Linhares. -----

-----Mais deliberou legitimar o Senhor Vice - Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira, em nome da Autarquia, para proceder à outorga do referido documento.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**V - COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO -**

-----**ASSUNTO: PROTOCOLO PARA PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO**-----

-----Foi presente a proposta de protocolo de cooperação entre a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e a Câmara Municipal de Celorico da Beira, cujo teor é a promoção de igualdade entre homens e mulheres prevendo a igualdade de oportunidades independentemente da ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual. -----

-----A Câmara deliberou, aprovar a minuta da proposta de protocolo de cooperação a celebrar entre a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e a Câmara Municipal de Celorico da Beira.-----

-----**VI - JUNTA DE FREGUESIA DE ALDEIA VIÇOSA**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MUNICIPAL**-----

-----Foi recepcionado o ofício n.º 73/10 de 07/09/2010 da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa, solicitando a cedência do Pavilhão Municipal de Celorico da Beira, para a realização dos treinos e jogos de Futsal, uma vez que a equipa está inscrita no campeonato Distrital desta modalidade. ---

-----O Senhor **Vice-Presidente** disse que há disponibilidade de cederem o Pavilhão Municipal e em contrapartida, propôs que os alunos do concelho frequentassem gratuitamente, a praia fluvial existente na freguesia de

Aldeia Viçosa. Na sua opinião, na elaboração do protocolo deverão constar as condições aqui referidas. -----

-----A Senhora **Vereadora Isabel Flor de Sousa**, referiu não ter nada contra a proposta, desde que nenhum grupo local que também deseje usufruir desse edifício fique de fora. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, que seja elaborado um protocolo onde constem as condições referidas, para a realização dos treinos e jogos de Futsal no Pavilhão Municipal de Celorico da Beira, da equipa inscrita no campeonato Distrital da modalidade e respectivas contrapartidas.**-----

-----**VII - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Maria dos Anjos Pais - Cabeça de Casal da Herança de** -----

-----Foi presente requerimento n.º 616, datado de 14/09/2009, em nome de Maria dos Anjos Pais, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Rua do Outeiro, freguesia de Vila Boa do Mondego, inscrito sob o artigo matricial número 234, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que a edificação existente foi construída antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de

Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1981. -----

-----Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que a requerente alude, foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar a petição da requerente. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----VIII - GABINETE JURÍDICO-----

-----ADITAMENTO INFORMAÇÃO ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ENSINO ARTICULADO-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de 17/09/2010, referindo que no seguimento da informação apresentada por este Gabinete sobre a questão em epígrafe, vem propor o presente aditamento, com vista a esclarecer que o Regulamento referido na informação n.º 2778 de 2010.08.02, se reporta apenas à atribuição do passe escolar para o Concelho de Celorico da Beira, por não existir no Concelho o ensino articulado, pretendido pela requerente. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente** disse que efetivamente em Celorico da Beira não existe este tipo de ensino, propondo que sejam aplicados os mesmos critérios dos alunos cujas áreas não existem em Celorico da Beira, para atribuição destes benefícios. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder ao pagamento do passe escolar, ao aluno matriculado no ensino articulado no estabelecimento de Ensino da Guarda, por não existir neste concelho esta vertente de educação. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----APROVAÇÃO MINUTA EDITAL-----

-----Foi presente minuta de Edital para venda em hasta pública de dois lotes de terreno destinados à construção, propriedade do município de Celorico da Beira (**anexo VII**).-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta de Edital, relativa à venda em hasta pública de dois lotes de terreno destinados à construção.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**SOLICITAÇÃO DE APOIO – JS CELORICO DA BEIRA;**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de 09/09/2010, referindo que a JS de Celorico da Beira, na qualidade de Juventude Partidária pretende organizar um evento distrital em Celorico da Beira. Pretendem divulgar todas as potencialidades do concelho, nomeadamente o património cultural às congéneres do distrito, solicitando para o efeito a cedência de transporte, um técnico de turismo, bem como apoios que o município entenda disponibilizar.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**IX - GABINETE DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Ilídio Sampaio**-----

-----Foi presente requerimento n.º 593, datado de 15/09/2010, em nome de Ilídio Sampaio, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Lages, freguesia de Baraçal, inscrito sob o artigo matricial número 28, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do

RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que a edificação existente foi construída antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1970. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que o requerente alude, foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar a petição do requerente.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram doze horas e vinte minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----